

Gerência de Fiscalização - GEFIS

1. Introdução

Amparada pelo disposto na Lei nº 9.433, de 1997, na Lei nº 9.984, de 2000 e no Decreto nº 3.692, de 2000, a ANA tem, como uma de suas atribuições, fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União. É uma atividade que pode ser definida como de comando e controle da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, através do monitoramento dos usos dos recursos hídricos, voltado à garantia dos usos múltiplos da água. Tem caráter preventivo e corretivo/repressivo, na medida em que estimula o cumprimento da legislação pelos usuários e, ao mesmo tempo, informa-os sobre os preceitos legais e os procedimentos administrativos para sua regularização.

Além de executar as atividades típicas de fiscalização, a GEFIS se empenha na elaboração e execução de alguns projetos de interesse para a ANA, no sentido de buscar a regulamentação dos sistemas de medição de vazão e de monitoramento da qualidade da água.

2. Principais ações em 2010

Neste ano de 2010 foram direcionados esforços para a reestruturação da atividade de fiscalização do uso de recursos hídricos no âmbito da própria ANA, com destaque para a revisão da Resolução ANA nº 082, de 24 de abril de 2002, republicada em 2003, que dispõe sobre procedimentos e define as atividades de fiscalização da Agência Nacional de Águas – ANA, inclusive para apuração de infrações e aplicação de penalidades.

Ao longo de 2010, foi elaborada nova resolução de fiscalização em conjunto com a Procuradoria Geral da ANA – PGE, contemplando os aspectos técnicos e jurídicos pertinentes ao assunto, tendo sido aprovada na 383ª Reunião Ordinária, a Resolução nº 662, de 29 de novembro de 2010, publicada no D.O.U. em 6 de dezembro de 2010, que estabelece procedimentos acerca das atividades de fiscalização do uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União exercidas pela Agência Nacional de Águas – ANA.

Em paralelo à nova resolução de fiscalização, foi elaborada, com a PGE e com a área financeira da Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF, portaria com os procedimentos internos para aplicação dos instrumentos de fiscalização. Tal portaria foi aprovada pela DIREC na mesma reunião de 29 de novembro de 2010, e será publicada em Boletim Interno até o final do presente ano.

3. Campanhas de fiscalização do uso de recursos hídricos em 2010

As campanhas de fiscalização do uso de recursos hídricos são ações típicas da atividade fiscalizatória, com o objetivo de verificar o cumprimento dos termos e condições previstos nas outorgas de direito do uso de recursos hídricos, buscando assim a regularidade do uso, além de dirimir conflitos pelo uso e apurar denúncias.

No documento aprovado pela diretoria e intitulado “Estratégias de Fiscalização”, foi proposta a sistemática para elaboração de Plano Anual de Fiscalização – PAF, sendo que

para o ano de 2010 foram planejadas 32 campanhas de fiscalização do uso de recursos hídricos federais. Dessas, foram realizadas 23 campanhas previstas no PAF e 9 campanhas não previstas, totalizando 32 campanhas de fiscalização do uso de recursos hídricos federais ao longo de todo o ano, conforme número inicialmente planejado, contando com o apoio de servidores das outras gerências da SOF – GEOUT e GEREG.

Destacam-se as seguintes campanhas realizadas em 2010, tendo em vista a complexidade nas ações de campo, importância em relação ao impacto do uso de recursos hídricos na região, duração das vistorias e nº de usuários vistoriados:

- Fiscalização do uso de recursos hídricos no rio Pomba, para verificação de outorga de diluição de efluentes líquidos objeto da Resolução nº 369, de 1º de junho de 2009, relativa ao empreendimento Fazenda Bom Destino, de responsabilidade da empresa Florestal Cataguazes, localizada em Cataguazes-MG. Foram realizadas quatro campanhas de fiscalização na região, com coleta e análise de qualidade da água, tendo sido suspenso o lançamento outorgado por duas vezes, uma vez que foram detectadas inconformidades do real uso com o outorgado, além de duas reuniões técnicas com representantes do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – INEA e do usuário outorgado, para discussão e definição de controle do lançamento no rio Pomba. Como resultado final, foi retomado o lançamento de efluentes, de forma controlada, sendo acompanhado pelos órgãos gestores estaduais e pela ANA, além de determinação de condicionantes adicionais para prevenção de futuros riscos quanto ao comprometimento da qualidade da água do rio Pomba.
- Fiscalização do uso de recursos hídricos do açude Mirorós, situado no rio Verde, Estado da Bahia, com a finalidade de irrigação, abastecimento humano e perenização do rio Verde à jusante da barragem, constante dos marcos regulatórios estabelecidos nas Resoluções ANA nº 784 e 785, de 2009. As referidas resoluções tratam, respectivamente, das outorgas de direito de uso de recursos hídricos para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF (irrigação do Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de Mirorós – DIPIM e perenização do rio Verde) e Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. – EMBASA (abastecimento humano de 15 municípios localizados na região de Irecê – BA). Foram realizadas duas campanhas de fiscalização, a segunda em conjunto com o órgão gestor de recursos hídricos do estado da Bahia, o Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ, para verificação da parcela de água outorgada a cada um dos entes e a redistribuição da mesma, levando em conta o nível crítico do açude, a baixa disponibilidade hídrica na região e o conflito pelo uso da água instaurado. Como consequência das campanhas, foram estabelecidas novas resoluções de outorga, de nº 273 e 274, de 2010, que substituem as resoluções 784 e 785, de 2009, respectivamente, além de estabelecimento de compromisso pactuado entre os usuários, para metas de racionalização do uso da água e busca de alternativas, especificamente de perfuração e utilização de poços artesianos para o DIPIM e para os usuários do rio Verde a jusante da barragem, bem como construção de adutora e captação no rio São Francisco para a EMBASA.

A seguir, são apresentadas as principais ações, vistorias e campanhas de fiscalização realizadas no ano de 2010:

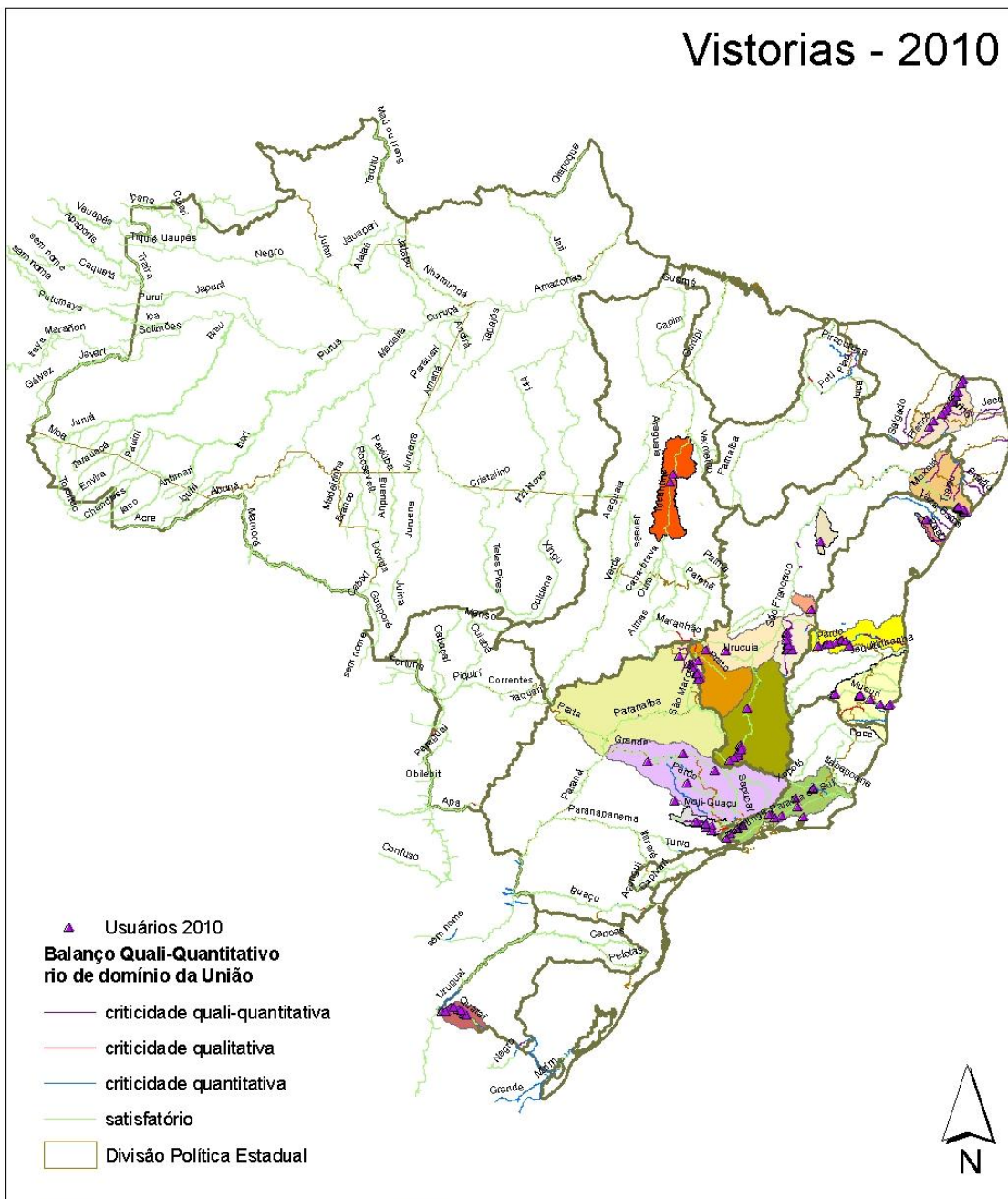
- Campanha de Fiscalização no Rio Quaraí e Rio Negro: verificação de cumprimento de marco regulatório e disponibilidade hídrica - 17 a 26 de janeiro;
- Participação de reunião técnica com servidores da Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - FEAM e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM para discussão e definição de atividades no âmbito do Protocolo de Compromisso - PC nº 1/2005, firmado com a Votorantim Metais Zinco S/A, empreendimento localizado no município de Três Marias-MG, à margem direita do rio São Francisco – 25 de janeiro;
- Campanha de Fiscalização na bacia do rio Piranhas-Açu, trecho do Estado do Rio Grande do Norte: verificação de efluentes domésticos na calha do rio - 31 de janeiro a 6 de fevereiro;
- Campanha de Fiscalização no Rio Pirari: regularização dos usuários, em atendimento a denúncia do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte - 7 a 12 de fevereiro;
- Campanha de Fiscalização no rio Pomba, com vistoria ao empreendimento Fazenda Bom Destino, de responsabilidade da empresa Florestal Cataguazes, localizada em Cataguazes-MG, para verificação de outorga de diluição de efluentes líquidos - 8 a 11 de fevereiro;
- Campanha de Fiscalização na bacia do rio Piranhas-Açu, trecho do Estado da Paraíba: verificação de efluentes domésticos na calha do rio - 16 a 20 de março;
- Campanha de Fiscalização para verificação das condições de uso no açude Mirorós, situado no rio Verde, com a finalidade de irrigação e abastecimento humano, constante de marco regulatório estabelecido - 21 a 26 de março;
- Campanha de Fiscalização à Usina em Atibaia/SP: verificação do uso do reservatório localizado no rio Atibaia - 28 a 30 de março;
- Campanha de Fiscalização na bacia do rio Mucuri: verificação de usos outorgados para atendimento de demanda da DIREC, e de companhias de saneamento - 11 a 17 de abril;
- Campanha de Fiscalização ao empreendimento Votorantim Metais Zinco S/A, localizado em Três Marias/MG: verificação do cumprimento das atividades previstas no Protocolo de Compromisso 01/2005 - 22 e 23 de abril;
- Participação de Especialista da GEFIS no Curso de Exploração e Segurança de Barragens, realizado em Lisboa, Portugal - 1 a 15 de maio;
- Campanha de fiscalização no trecho mineiro do rio São Francisco: verificação de usos outorgados para atendimento à demanda da Área de Regulação - 2 a 8 de maio;
- Campanha de Fiscalização no rio Pomba, com vistoria ao empreendimento Fazenda Bom Destino, de responsabilidade da empresa Florestal Cataguazes, localizada em Cataguazes-MG, para verificação de outorga de diluição de efluentes líquidos - 2 a 6 de maio;
- Campanha de Fiscalização no ribeirão Salobro para atendimento à demanda da Gerência de Outorga - 6 e 7 de maio;
- Participação de Especialista da GEFIS no curso de “Marcos e Instrumentos da Regulação Econômica” que faz parte do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PROREG - 9 a 12 de maio;

- Participação de reunião técnica para discussão do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF em Recife-PE - 26 a 28 de maio;
- Participação técnica de Especialista da GEFIS na 1ª reunião/2010 da Comissão de Estudo Especial de Recursos Hídricos para elaboração, discussão e aprovação de normas para equipamentos de medição de vazão de água bruta, no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - 17 e 18 de junho;
- Campanha de Fiscalização para verificação das condições de uso no açude Ceraíma, situado em Guanambi/BA, com a finalidade de atestar o cumprimento da Notificação para suspensão do uso de água para irrigação - 18 a 22 de julho;
- Campanha de Fiscalização em Pequenas Centrais Hidrelétricas e Barragens ao longo da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá com a cooperação da entidade delegatária de São Paulo - 19 a 23 de julho;
- Participação de Especialista da GEFIS no curso de “Competências Conversacionais” que faz parte do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PROREG - 25 a 28 de julho;
- Participação de Especialista da GEFIS no Curso Internacional de medição de descarga líquida em grandes rios: técnicas de medição - 6 a 16 de agosto;
- Participação técnica de Especialistas da GEFIS na 2ª reunião/2010 da Comissão de Estudo Especial de Recursos Hídricos para elaboração, discussão e aprovação de normas para equipamentos de medição de vazão de água bruta, no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - 8 e 9 de agosto;
- Campanha de Fiscalização no âmbito do Convênio nº 016/2007, firmado entre a ANA e a Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe – PM/SE, realizada na bacia do rio São Francisco e no rio Real - 9 a 13 de agosto;
- Campanha de Fiscalização nos empreendimentos Polder IV de Pindamonhangaba e Polder Lorena I, localizados no trecho paulista da bacia do rio Paraíba do Sul - 15 a 17 de agosto;
- Campanha de Fiscalização no trecho mineiro da bacia do rio Pardo, a fim de promover a verificação de usos outorgados e requerimentos de outorga, para atendimento à demanda da GERE - 22 a 28 de agosto;
- Campanha de Fiscalização para verificação das condições de uso no açude Mirorós, situado no rio Verde, com a finalidade de irrigação e abastecimento humano, constante de marco regulatório estabelecido - 22 a 26 de agosto;
- Participação de Especialista da GEFIS no curso Técnicas y algoritmos empleados en estudios hidrológicos e hidráulicos, em Montevideu, Uruguai - 22 a 28 de agosto;
- Campanha de Fiscalização nos trechos paulista e fluminense da bacia do Rio Paraíba do Sul, para verificação dos usos outorgados e atendimento à demanda da Gerência de Cobrança da ANA - 29 de agosto a 3 de setembro;
- Campanha de Fiscalização na bacia do Ribeirão Saia Velha para regularização das captações e lançamentos da SANEAGO - 2, 3 e 8 de setembro;
- Campanha de Fiscalização na bacia do rio Grande para promover a verificação dos usos outorgados a grandes usinas de cana de açúcar - 14 a 18 de setembro;
- Campanha de Fiscalização no trecho alagoano da bacia do rio São Francisco e realização de treinamento para os Policiais Militares Ambientais do Estado de

Alagoas, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica 003/2010 - 19 a 24 de setembro;

- Campanha de Fiscalização na bacia do ribeirão Pipiripau para verificação do cumprimento das regras de uso de recursos hídricos acordadas entre os usuários da bacia para os meses críticos de estiagem - 21 e 24 de setembro;
- Campanha de Fiscalização no Verde Grande, para verificação do cumprimento das regras de uso de recursos hídricos estabelecidas no marco regulatório estabelecido pela Resolução ANA nº 802, de 16 de dezembro de 2008 - 26 de setembro a 2 de outubro;
- Campanha de Fiscalização no Verde Grande, para verificação do cumprimento das regras de uso de recursos hídricos estabelecidas no marco regulatório estabelecido pela Resolução ANA nº 802, de 16 de dezembro de 2008 – 26 de setembro a 2 de outubro;
- Campanha de Fiscalização no rio Pomba, com vistoria ao empreendimento Fazenda Bom Destino, de responsabilidade da empresa Florestal Cataguazes, localizada em Cataguazes-MG, para verificação de outorga de diluição de efluentes líquidos - 4 a 7 de outubro;
- Campanha de Fiscalização no rio São Marcos a fim de promover a verificação de usos outorgados e requerimentos de outorga, para atendimento à demanda da GEREG, e vistoria técnica em Arinos/MG para verificação de funcionamento de Estação de Tratamento de Esgotos de empreendimento outorgado - 13 a 16 de outubro;
- Campanha de Fiscalização no rio Pomba, com vistoria ao empreendimento Fazenda Bom Destino, de responsabilidade da empresa Florestal Cataguazes, localizada em Cataguazes-MG, para verificação emergencial de lançamento não-autorizado - 6 a 8 de novembro;
- Participação de Especialistas da GEFIS no VI Curso de Medidores Acústico Doppler de Vazão - 7 a 13 de novembro;
- Campanha de Fiscalização na bacia do Ribeirão Bezerra, a fim de verificar o uso de recursos hídricos de empreendimento de aquicultura, para atendimento à demanda da GEOUT - 17 de novembro;
- Campanha de Fiscalização no rio Sapucaí-Mirim, a fim de verificar o uso de recursos hídricos de empreendimentos não-outorgados, para atendimento à demanda da GEREG - 29 de novembro a 1º de dezembro;
- Participação de reunião técnica com servidores do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – INEA para discussão e definição de lançamento no rio Pomba, referente ao empreendimento Florestal Cataguazes - 3 de dezembro;
- Participação técnica de Especialistas da GEFIS na 3ª reunião/2010 da Comissão de Estudo Especial de Recursos Hídricos para elaboração, discussão e aprovação de normas para equipamentos de medição de vazão de água bruta, no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - 5 e 6 de dezembro;
- Fiscalização na bacia do rio Paranaíba, para verificação de denúncia do Comitê do Paranaíba e usos outorgados, para atendimento à demanda da GEOUT - 6 a 11 de dezembro;
- Fiscalização no rio Uruguai, para verificação de denúncia da Comissão Binacional Comissão Binacional de Meio Ambiente Brasil / Argentina sediada em Uruguiana – RS - 5 a 10 de dezembro;

A seguir, apresenta-se mapa com as regiões hidrográficas do Brasil, destacando as bacias onde houve realização de campanha de fiscalização da ANA ao longo de 2010.



	São Francisco - Verde Grande		Atlântico Sul - Real
	São Francisco - Uruçuia		Mucuri
	São Francisco - Salobro		Tocantins
	São Francisco - Mirorós		Piranhas-Açu
	São Francisco - Baixo		Pardo
	São Francisco - Alto		Paranaíba
	São Francisco - Ceraíma		Paraná - Grande
	Quaraí		Paraíba do Sul
	PCJ		

Cabe informar que, das 32 campanhas de fiscalização do uso de recursos hídricos realizadas em 2010, foram vistoriados 135 usuários de recursos hídricos localizados em rios de domínio da União, tendo sido notificados 36 dos mesmos para regularização dos usos junto à ANA. Destes, 29 já estão regularizados, ou seja, em 2010 o percentual de regularização dos usuários notificados é de 81%.

Finalizando, os usuários notificados e que porventura ainda não estão regularizados, encontram-se em processo de regularização ou foram verificados como não sujeitos à outorga ou, ainda, estão recebendo as devidas penalidades previstas na legislação de recursos hídricos.

4. Articulação com outros órgãos

No âmbito das atividades que visam ampliar o conhecimento e a capilaridade das ações de fiscalização do uso de recursos hídricos, foi oferecido treinamento teórico e prático para policiais militares ambientais, pelo convênio nº 016/2007, firmado com a Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe – PM/SE, e do Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2010, firmado com a Polícia Militar Ambiental do Estado de Alagoas – PM/AL, além de campanhas de fiscalização conjunta entre as referidas PMs e a equipe de fiscalização da ANA.

Em relação à participação dos Especialistas da GEFIS na Comissão de Estudo Especial de Recursos Hídricos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, foram realizadas 3 reuniões técnicas em 2010 para elaboração, discussão e aprovação de normas para equipamentos de medição de vazão de água bruta, tendo sido revisadas três projetos de Norma, referentes à pitometria, ultrassônico por tempo de trânsito e medição em efluentes, além de tradução de Norma ISSO para vertedores retangulares de soleira delgada.

5. Perspectivas para 2011

A seguir, serão elencadas as principais perspectivas para a atividade de fiscalização para o ano de 2011:

- Edição final e publicação do Manual de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos, tendo em vista aprovação de nova resolução de fiscalização e portaria com definição dos procedimentos da referida atividade fiscalização em 2010;
- Licitação e contratação de empresa para realização de projeto piloto que contemple os sistemas de medição direta e indireta de vazão, para verificar a utilização real dos mesmos e comparar o funcionamento, levando em conta também o porte do usuário e o tipo de uso (condutos forçados e canais abertos);
- Implementação e operacionalização do módulo de fiscalização do SNIRH, promovendo sistematização das principais atividades desenvolvidas pela fiscalização e integração com o cadastro e a outorga;
- Articulação institucional e, se possível, celebração de Acordos de Cooperação Técnica com as Polícias Militares Ambientais dos Estados do RN, PB, PE, SE, BA e RJ.

- Aumento do efetivo da fiscalização com a nomeação dos Especialistas aprovados no 3º concurso público da ANA, de forma a cumprir as campanhas de fiscalização do uso a serem previstas e aprovadas pela DIREC no Plano Anual de Fiscalização de 2011.

6. Principais ações ao longo dos 10 anos de fiscalização

Nos últimos 10 anos de atividade fiscalizatória, podemos destacar atividades de reestruturação e aprimoramento do método de trabalho e inovações e destaques nas campanhas de viagens.

Em relação à estruturação e aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização, destacam-se:

- Normatização da atividade fiscalizatória – consubstanciada na Resolução 082/2002, republicada em 2003, a qual dispõe sobre procedimentos e define as atividades de fiscalização da Agência Nacional de Águas – ANA, apuração de infrações e aplicação de penalidades. A partir do ano de 2009, destaca-se a revisão do normativo, em consonância com a Procuradoria Geral da ANA – PGE, contemplando os aspectos técnicos e jurídicos pertinentes ao assunto. A nova Resolução, publicada aos 29 de novembro de 2010 (Resolução ANA nº 662/10) foi segmentada em duas partes, sendo a primeira a resolução propriamente dita, disciplinando sobre os procedimentos de fiscalização, e a segunda, em forma de Portaria, contendo os procedimentos internos para aplicação dos instrumentos de fiscalização.
- Aprimoramento do controle do uso de recursos hídricos – elaboração, conjuntamente com outros setores da ANA, da Resolução ANA nº 425, de 4 de agosto de 2004. Citada Resolução estabelece importantes critérios para medição de volume de água captada em corpos de água de domínio da União, possibilitando maior controle do uso por parte do setor regulado. Avanço significativo foi a criação da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos – DAURH, que consiste no relatório sobre os dados dos volumes medidos ao longo do ano pelo usuário outorgado pela ANA. Tal relatório é encaminhado anualmente à ANA e a obrigatoriedade do envio depende da região em que se encontra o declarante e do porte do empreendimento. Após várias discussões e atualizações quanto ao seu escopo, optou-se pela reformulação da citada Resolução, republicada sob o número ANA 782, no dia 27 de outubro de 2009.
- Sistema de Fiscalização e Planejamento da Atividade Fiscalizatória: A necessidade de aperfeiçoamento do setor de planejamento das campanhas de fiscalização, aliado à necessidade de estruturação e divulgação dos procedimentos utilizados no âmbito da própria ANA, foi elaborado, no ano de 2008, o documento intitulado “Estratégias de Fiscalização”, que, além de apresentar um retrato da atividade fiscalizatória, trouxe novas perspectivas para a ampliação e racionalização de atividades pertinentes à área de controle da Agência. No referido documento, foi proposta a sistemática para elaboração do Plano Anual de Fiscalização (PAF), e ações para o aumento da capilaridade da fiscalização do uso de recursos hídricos federais por meio de parcerias com outros órgãos e instituições públicas. A partir de então, o PAF tornou-se o instrumento de orientação dos trabalhos de fiscalização, discriminando as diferentes campanhas a partir de critérios como o tipo de uso da água, o porte do empreendimento e o nível crítico dos locais a serem selecionados para concentração dos trabalhos.

Concomitantemente, foi aprovado, em conjunto com a Superintendência de Gestão da Informação, o módulo de fiscalização do Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos (SNIRH), a fim de se sistematizar as principais atividades que a fiscalização exerce, além de conciliar tais atividades com o cadastro e a outorga. Tal sistemática encontra-se em fase de desenvolvimento e teste, com conclusão prevista para o ano próximo.

Ao longo de uma década de execução da atividade de fiscalização, podemos destacar certas campanhas que, emblematicamente, marcaram a história das atividades deste setor. Dentre as campanhas, podemos destacar:

- CEA-PISF: campanhas de fiscalização e diagnóstico da situação operacional de cada um dos Estados receptores envolvidos no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, denominada CEA-PISF, no que se refere ao atendimento às condicionantes da Outorga e do Certificado de Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH. Foram realizadas campanhas nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, além do Ministério da Integração Nacional – MI e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, nas quais aconteceram com entrevistas com dirigentes locais sobre o estágio de atendimento às condicionantes e exigências da outorga emitida pela ANA. O resultado, consolidado em relatórios circunstanciados.

- Fiscalização do uso de recursos hídricos na Terra Indígena Raposa Serra do Sol – TIRSS: realizada entre os dias 22 e 30 de abril de 2009, esta campanha teve por objetivo atender à determinação do Supremo Tribunal Federal para acompanhamento do processo de desmobilização e retirada dos rizicultores locais, ora instalados na reserva indígena. A campanha foi realizada em conjunto com várias entidades do Governo Federal, a saber: Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Polícia Federal, Força Nacional, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ao todo, foram vistoriadas 7 fazendas de rizicultores, e coube à ANA verificar, quantificar, registrar e mensurar todas as interferências nos recursos hídricos, bem como realizar levantamento de todos os materiais e equipamentos ligados ao sistema de captação e distribuição de água nas referidas fazendas.

- Fiscalização Sistemática do uso de recursos hídricos - realizadas anualmente, em número próximo a 30, as viagens de fiscalização sistemáticas tem por objetivo acompanhar e vistoriar o uso de recursos hídricos em todo território nacional em suas diversas bacias, sobretudo naquelas em que há grande conflito no uso, seja por problemas de escassez ou por comprometimento da qualidade da água. Além disso, as bacias que foram objeto de outros instrumentos regulatórios como a cobrança e marcos de regulação são locais prioritários para o direcionamento dos trabalhos. Destacam-se as campanhas realizadas na bacia do Rio São Francisco, Piracicaba-Capivari e Jundiáí, Verde-Grande, Pipiripau, Tocantins, Parnaíba, Paraíba do Sul e Uruguai. A título ilustrativo, apresentamos quadro comparativo com os resultados das campanhas de fiscalização realizadas ao longo do tempo, a partir do ano de 2007.

Tabela 01 - Resultado das vistorias e eficiência de regularização dos usuários – nas atividades de 2007 a 2010.

Ano	Nº de campanhas	Usuários vistoriados	Usuários notificados	Usuários regularizados	% Regularização
2007	29	249	40	37	92%
2008	25	138	42	38	90%
2009	24	143	35	27	77%
2010	32	135	36	29	81%